

---

A percepção de desertificação em Portugal: análise comparativa de inquéritos e notícias

Bruno Neves - brunomaneves@fcsh.unl.pt ; Maria José Roxo - mj.roxo@iol.pt ;

Percepção de Desertificação, Inquéritos, Notícias

As preocupações ambientais não são recentes e nas últimas décadas ganharam maior relevância, em função das questões que foram surgindo relacionados com o Ambiente. Neste contexto, a degradação de recursos naturais vitais como o solo e a água, entre outros, que conduz à desertificação, é actualmente, um dos mais graves problemas à escala global.

A desertificação é um fenómeno de degradação ambiental com implicações a três níveis distintos: ambiental, económico, e social, estando ainda associado à perda de biodiversidade e às alterações climáticas. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), afecta um terço da superfície terrestre, com impactes directos, quer nos sistemas ecológicos, quer na sociedade.

Apesar dos esforços em travar o avanço da desertificação, havendo mesmo a registar alguns casos de sucesso à escala local, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), concluiu em 1991, que nas regiões áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, o problema da degradação dos ecossistemas, com particular incidência para a erosão dos solos, tinha aumentado. Esta constatação deu origem à necessidade de uma abordagem integrada, que tivesse em atenção os aspectos já anteriormente referidos (ambiental, económico e social), de modo a se atingir um desenvolvimento sustentável, que aliás, acabaria por ser o mote da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), no Rio de Janeiro, em 1992, mais conhecida como a Cimeira da Terra.

Dois anos mais tarde em Paris, entre os dias 6 e 17 de Junho, decorreu a reunião do Comité Intergovernamental de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Secas Graves e/ou Desertificação, em Particular em África, da qual resultou no último dia desse evento a adopção da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD). Em Outubro do mesmo ano, nos dias 14 e 15 foi assinada a Convenção, tendo entrado em vigor a 26 de Dezembro de 1996.

Portugal é um dos países signatários desde dia 14 de Outubro de 1994. A assinatura da Convenção, veio sem dúvida dar maior relevância e aumentar a consciencialização e responsabilidade em relação ao problema da desertificação, sobretudo no âmbito político e institucional, tendo o Governo passado a ter obrigações nesta matéria. Contudo, um dos objectivos mais importantes estava ainda longe de ser atingido, o de sensibilizar a sociedade, sobre os impactos da desertificação.

Neste sentido, a 7 de Fevereiro de 2003, através da decisão 22/15, do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a Organização das Nações Unidas decide que 2006 devia ser o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação (AIDD), pretendendo-se com esta iniciativa passar a mensagem de que a desertificação era e é uma grande ameaça para a Humanidade, conjuntamente com as alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

Com esta acção a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação esperava: (i) implementar a Convenção de Combate à Desertificação, através de eventos à escala local, nacional e internacional; (ii) alertar para as implicações da desertificação; (iii) trabalhar em rede com todas as partes interessadas (stakeholders); (iv) fomentar a disseminação da informação produzida pela CNUCD, focada nas actividades humanas que conduzem à desertificação a diferentes escalas, mas com repercussões globais.

Com o intuito de atingir estes quatro grandes objectivos a CNUCD planeou ter um website concluído nos fins de 2006, dedicado ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, de maneira a proporcionar aos meios de comunicação social a base de dados necessária, para que em todo o Mundo se percebesse o que é realmente a desertificação, quais os seus impactes e a sua importância. Era igualmente pretendido que esta informação chegasse a grupos alvo, tais como: representantes governamentais, Organizações Não-Governamentais (ONG) e o público em geral.

Portugal, à semelhança do que se tem vindo a verificar em outros países do Sul da Europa, como é o caso da Espanha, da Itália, da Grécia e da Turquia, tem vastas áreas do seu território susceptíveis à desertificação, fenómeno que tende progressivamente a agravar-se.

Esta realidade, explica-se em parte pelas características edafoclimáticas, mas é sobretudo uma consequência da má gestão e uso do solo, escassez de recursos hídricos, e destruição significativa do coberto vegetal.

Assim, de acordo com os objectivos traçados pela CNUCD, importa saber qual a percepção que a sociedade tem sobre a desertificação. Neste sentido foi elaborado um inquérito online, para avaliar o conhecimento sobre este fenómeno. As respostas obtidas, foram posteriormente comparadas com os conteúdos das notícias divulgadas na comunicação social, sobre desertificação, com o intuito de saber qual o grau de influência na construção de percepções e na difusão do conhecimento. Para a recolha de notícias, fui utilizado o motor de busca Google News, sendo que esta metodologia permitiu obter um elevado número de fontes de informação, bem como uma maior diversificação, uma vez que abrange a informação difundida por, jornais, rádios, televisões e portais, às escalas nacional e regional, o que não teria sido possível através de uma pesquisa de notícias num arquivo de jornal.

Espera-se portanto compreender até que ponto a CNUCD conseguiu atingir os seus objectivos na disseminação de informação, e de que forma foi apreendida pela sociedade.